


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918021	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918022	
CAPÍTULO 3	34
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918023	
CAPÍTULO 4	52
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918024	
CAPÍTULO 5	68
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918025	
CAPÍTULO 6	84
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918026	
CAPÍTULO 7	101
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918027	

CAPÍTULO 8	117
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918028	
CAPÍTULO 9	134
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918029	
CAPÍTULO 10	148
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180210	
CAPÍTULO 11	161
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180211	
CAPÍTULO 12	181
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180212	
CAPÍTULO 13	197
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180213	
CAPÍTULO 14	213
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180214	

CAPÍTULO 15	229
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180215	
CAPÍTULO 16	239
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180216	
CAPÍTULO 17	255
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180217	
CAPÍTULO 18	270
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180218	
CAPÍTULO 19	286
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	298

A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Francisco Clesson Dias Monte

Engenheiro Agrônomo, graduado pelo Centro de Ciências Agrárias da UFC, Mestre e Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela UFRJ/CPDA.

RESUMO : Este artigo analisa a política de assentamentos rurais desenvolvida no contexto da região semiárida do Nordeste sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tem como objetivo fazer uma reflexão crítica a respeito da execução da citada política no período que compreende o primeiro e o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, e tornar mais evidente que, no geral, mesmo que as experiências dos assentamentos revelem impactos importantes nas regiões onde os mesmos estão localizados, o seu desenvolvimento no semiárido não está sustentado por uma ação estratégica mitigadora das condições restritas desse tipo climático. Conjectura-se que o caráter universalizado na concepção da política e sua gestão excessivamente centralizada, foram as causas preponderantes para o baixo impacto na melhoria efetiva das condições das famílias assentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Assentamentos Rurais – Incra – Semiárido Nordeste.

ABSTRACT: This article analysis the rural settlement policy developed in the context of northeastern semi-arid region under the responsibility of INCRA. It aims at having a critical reflection about the mentioned policy and making it clear that even if the experiences of settlement have important impact on the regions where they are located, its development in the semi-arid regions isn't supported by an attenuating strategic action of the restricted conditions of this type of climate. The reference chart with regard to thematic discussed around the antagonism and controversy, the political fights rural workers and their representative organizations, the conceptions, institute aspects, economic, social and political viability of rural settlements and the resulting impacts, that forms a new agrarian geography for the country, whose analysis was considered the period 1995 at 2002. At the end, conjecturing that universalized character in the conception of policy and its excessive centralized management are the main causes for the low impact on the effective improvement for the families settled.

KEYWORDS: Rural Settlement Policy- INCRA- Northeastern semi-arid region.

1 | INTRODUÇÃO

A reforma agrária, no Brasil, é um tema

que a despeito das controvérsias que suscita em face de sua natureza, de tempos em tempos é ativada na pauta política do governo, sempre que emergem manifestações e mobilizações encetadas pelos diferentes movimentos camponeses, notadamente os trabalhadores rurais sem-terra. Não obstante ser considerada uma política pública de responsabilidade do Estado, sua ação não tem sido propositiva até o momento, configurando uma situação na qual o Poder Executivo atua sob o impulso e a pressão dos movimentos sociais que lutam pela sua consecução.

A par de algumas incursões na desapropriação de terras improdutivas e da criação e implementação de milhares de assentamentos rurais, o feito até agora alcançado pelos sucessivos governos, desde o período de redemocratização do Brasil, ainda é insuficiente para alterar o *status quo* do regime de posse e uso da terra, cuja conformação fundiária continua a ser identificada com uma das mais concentradas do mundo.

Há, de fato, o reconhecimento de que a redistribuição de terras e as ações pontuais de assentamento de famílias de ‘trabalhadores rurais sem-terra’ foram realizadas, nas duas últimas décadas, de forma localizada em zonas de conflito fundiário ou em áreas com processos de decadência econômica ou de reestruturação produtiva. É evidente também que as condições sociopolíticas de tais ações do Executivo Federal ficaram sempre condicionadas ao arco de alianças políticas adstritas à governabilidade e às correlações de forças econômicas e sociais vigentes.

Essas circunstâncias colocam a política pública de assentamentos rurais numa condição ‘administrável politicamente’, ou ao que se poderia denominar de “a reforma agrária possível”, mas que, ainda assim, é sabidamente permeada de conflitos e marcada pela intolerância de setores conservadores e pela indiferença de segmentos da sociedade brasileira.

Há críticas contundentes a esse processo, tanto no interior das organizações de luta pela democratização do acesso à terra, no seio dos intelectuais à esquerda do espectro político, e mesmo dos setores avessos à transformação social no campo. Na percepção geral dos debates acerca do tema da reforma agrária, a política de assentamento do governo federal, sob a coordenação do Incra, não tem sido considerada um processo amplo e efetivo de reforma agrária (MEDEIROS, 1993; 1999; 2010; FERREIRA, 1994; PALMEIRA, 1994; ALENTEJANO, 1997; LEITE *et alii*, 2004; OLIVEIRA, 2010; CARTER *et al.*, 2010).

O que emerge desses debates é que o Poder Público não tem conjugado esforços no sentido de prover as condições político-institucionais para realizar no Brasil, uma política de reforma agrária de abrangência nacional, voltada para alterar significativamente a estrutura fundiária do País, cuja concentração persiste nos dias atuais.

Associando-se a tal assertiva tem-se como certo que a questão agrária continua como um tema pendente na história do País e a realização da reforma agrária como um processo não resolvido, considerado utópico, limitado no passado e no presente

como veio afirmar Martins (2000).

Apesar desse impasse, há de se reconhecer a evolução no número dos assentamentos rurais federais implantados no País desde o lançamento do I PNRA da Nova República, em 1985, cujo processo que lhe deu cabimento é um fenômeno a ser considerado. A implantação de maneira adensada de projetos de assentamentos rurais em determinadas regiões do Brasil tem configurado espaços de 'áreas reformadas', onde uma nova feição agrária se constitui, trazendo impactos positivos sobre a vida de mais de 1,0 milhão de pessoas assistidas por essa política governamental, criando, visivelmente, uma relativa minimização das históricas condições de injustiça e de exclusão social, tão explícita no mundo rural.

Vários estudos e pesquisas de caráter multidisciplinar com âmbitos diferenciados e horizontes temporais distintos realizados em torno da emergência dos assentamentos rurais vêm confirmar essa outra realidade econômica e social em diversos territórios rurais, em particular no semiárido nordestino, com a verificação dos efeitos alvissareiros da instalação dessas unidades de reprodução econômico-social (BITTENCOURT, *et alii.*, 1999; FERNANDES & FERREIRA, 1999; LEITE, 1999; LEITE *et al.*, 1997; 2004; CARVALHO, 1999; CARVALHO FILHO, 2001; MEDEIROS & LEITE, 2004; BERGAMASCO, 1997; BERGAMASCO *et al.*, 2003; BERGAMASCO *et alii.*, 2004, BERGAMASCO *et al.*, 2005; 2010; MEDEIROS *et. alii.*, 2004; SPAROVECK, 2003; LEITE, HERÉDIA, MEDEIROS, PALMEIRA e CINTRÃO, 2004; FRANÇA *et al.*, 2005).

Com base nas oportunidades que citada política pública oferece para a melhoria das condições de vida e do resgate da cidadania das populações rurais assentadas, este trabalho vem evidenciar o desenvolvimento da política de assentamento na região semiárida no Nordeste, *vis-à-vis* a diversidade de condições de produção e de reprodução social naquela região do País.

2 | A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS COMO EXPRESSÃO DE UMA DEMANDA SOCIAL: DIMENSÃO E SIGNIFICADO

Como 'política de assentamentos rurais', caracteriza-se neste trabalho a política pública de tipo redistributiva (LAMOUNIER, 1994), polarizada e repleta de conflitos e de consensos entre diversos agentes (agências estatais, trabalhadores rurais, organizações dos movimentos sociais, organizações dos grandes proprietários de terras, e outros mediadores), com consequências diretas sobre os processos e práticas político-administrativas (as constelações de poder e suas correlações de forças, as redes políticas e sociais, as estratégias, as diretrizes, os aparatos e arranjos institucionais, os impactos e os efeitos colaterais dos resultados materiais).

Por sua natureza implica em custos políticos significativos e um potencial expressivo de obstrução (legal, normativo, político, econômico, organizacional, etc.) com fortes resistências da parte de grupos de interesses latifundiários e burocracias

constituídas em torno dos seus programas constitutivos, concomitante às pressões populares para a sua viabilização.

Essa política setorial sob a responsabilidade do Incra tem permitido o acesso à terra a milhares de trabalhadores rurais via a obtenção de terras, e conseqüentemente, a reprodução econômico-social dessa população por meio da criação, implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamento. Neste último estágio, por meio de medidas estruturantes e de apoio (infraestrutura produtiva e social, créditos, assistência técnica, fomento à agroindústria, à comercialização e atividades pluriativas e solidárias).

Mas ela está associada neste trabalho, sobretudo, à expressão da mobilização e demanda social com o ressurgimento da questão agrária/reforma agrária na segunda metade da década de 1980 e com mais intensidade na década de 1990. Nesses períodos, com mais efervescência das mobilizações e lutas encetadas pelos movimentos sociais, os conflitos decorrentes, e a posterior promulgação da Lei Agrária (Lei nº 8.629/93), suas alterações e dispositivos legais complementares que constituem o ordenamento jurídico-agrário.

Recentemente, inserta numa visão contemporânea a política de assentamentos passou também a ser concebida como medida destinada à preservação de populações e suas formas tradicionais de uso dos recursos naturais, como é o caso dos assentamentos extrativistas e à realocação de populações atingidas pela construção de grandes projetos hidroelétricos (MEDEIROS *et al.*, 2004).

Os assentamentos rurais, por seu lado, como produto dessa ação política sob o termo 'Projetos de Assentamentos', são considerados como uma criação do Estado e, por extensão, estão submetidos aos efeitos da gestão institucional (leis, diretrizes, normas, disponibilidades financeiras, etc.) do Incra, Órgão Federal responsável pelo provimento do apoio necessário à sua consecução.

Por conseguinte, a estruturação produtiva e social dos assentamentos está estritamente relacionada com o desempenho institucional, dada as variáveis que condicionam a execução do processo e os descompassos de ordem sociopolítica, administrativa e de política econômica.

Por este ângulo de visão institucional, os assentamentos são unidades jurídico-administrativas criadas pelo Incra, que uma vez implantadas, requerem esforços de natureza técnica, procedimentos e práticas burocráticas, para a promoção do desenvolvimento sustentável e de novas relações econômicas, sociais e políticas locais, assegurando aos assentados seu meio de subsistência, a construção de identidades e a reprodução do seu trabalho familiar.

Numa visão política, tem-se que o assentamento significa o reconhecimento do conflito, das lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra, muitas das quais até então ignoradas, e que, possivelmente, permite sua transformação em direitos legitimados (SAUER: 2008).

A mobilização e organização sociais, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis de propriedades caracterizam o que Bourdieu definiu como “as lutas pelo poder de divisão”, as quais são capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras (SAUER, 2008: 59).

O assentamento, por extensão, tem uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também uma instituição tutelada e burocratizada que, com muita frequência resiste a emancipar (JARA, 1998). “Esses espaços sociais e geográficos de continuidade da luta pela terra, são lugares onde as diferentes biografias se encontram – ou ampliam os encontros iniciados nos acampamentos – e iniciam novos processos de interação e identidades sociais, gerando novos atores sociais e políticos que têm a terra, o trabalho e a produção, como fatores de mediação real e simbólico” (CARVALHO, 1999: 10).

Na percepção de outros estudiosos, como Medeiros & Leite (1999; 2004), a constituição do assentamento é entendido como um “ponto de chegada”, como uma das estratégias de inserção social de parte da população rural excluída da sociedade brasileira, ou seja, como uma entre outras formas de mobilidade e integração social, na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela terra. Na situação imediatamente seguinte em que o assentamento é formalizado, ele é considerado pelos autores como o “ponto de partida”, ou seja, o assentado, agora inserto nessa nova “categoria”, passa a praticar uma nova sociabilidade interna, dialogar com o Estado e demais segmentos da sociedade civil numa relação diferenciada, e inserir-se num jogo de disputas políticas visando à sua reprodução e gerando efeitos multiplicadores dessa experiência singular, com impactos visíveis no meio social, político e econômico em que atua.

Apesar de uma gama de diferentes atores diretamente envolvidos no processo de assentamento (o Poder Judiciário, organizações estaduais, agentes municipais, universidades, organizações não-governamentais - ONG), os trabalhadores rurais sem-terra, e na condição de assentado, são protagonistas. O seu poder de mobilização e pressão é determinante na responsabilização do Incra nas decisões sobre as estratégias de criação e de apoios ao desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Igualmente, no processo de organização produtiva e social do assentamento, os trabalhadores (as) assentados(as) exercem um papel importante no debate de alternativas produtivas ligadas a sistemas agroecológicos e de organização solidária. Sua autonomia comunitária – que difere da concepção da emancipação delineada pelo governo federal de independência dos assentamentos aos programas de governo e do Incra - está baseada no grau de organização e capacidade de mobilização social e política que famílias assentadas venham a incorporar.

Por conseguinte, malgrado a dispersão geográfica dos assentamentos rurais e a carência infraestrutural (crédito, habitação, assistência técnica, educação, saúde, lazer

etc.) - associada à baixa efetividade do Incra –, os assentamentos rurais, com suas múltiplas experiências e quando referenciados às ocupações de terra e acampamentos, têm o potencial de alterar a geoeconômica e de construir uma reordenação das relações político-sociais no plano local. Criam, nessas condições, espaços de disputas pela inserção nas demais políticas públicas direcionadas ao mundo rural.

Especificamente, no campo econômico, tem o potencial de promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, por meio da diversificação da produção agrícola, da implantação de um sistema cooperativista erigido de sua base organizativa, da agroindustrialização e da introdução de atividades pluriativas, refletindo na composição da receita dos(as) assentados(as) e impactando positivamente no comércio dos municípios onde estão instalados.

No caso do semiárido, em especial, a formulação de uma política de reforma agrária deve considerar uma perspectiva efetivamente diferenciada em relação a outras regiões, no sentido de que contemple a diversidade histórica, cultural, política, ambiental e da disponibilidade de recursos, sejam naturais, humanos e financeiros.

3 | OS ASSENTAMENTOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO E SEUS DETERMINANTES.

A porção semiárida do Nordeste é caracterizada pela irregularidade climática, limitações edáficas e uma estrutura fundiária altamente concentrada. Constituída de espaços variados e multiformes suas vulnerabilidades econômicas e sociais são fortemente evidenciadas com relação direta com o aumento da fome e da pobreza. Estes determinantes têm influenciado na ocupação humana e econômica do território da região, e colocado a população mais pobre em condições de dependência permanente de ações emergenciais e assistenciais dos governos.

Nesse frágil ecossistema, marcado pela paisagem do semiárido e de vegetação de caatinga, tem se acelerado a degradação ambiental e a desertificação que avança a cada ano. No Ceará, a expansão da desertificação é uma situação impactante e vem se estendendo por 11,45% do território cearense (MMA, 2004; CEARÁ, 2010), provocando uma perda da produtividade biológica das terras, a desorganização dos sistemas econômicos e reduzindo a capacidade de resiliência desse tipo climático.

As diferenciações e os descompassos no interior dessa região ficam por conta da existência das chamadas ‘manchas férteis e bacias de irrigação’ (LEITE, *et alli.*, 2004), que contam com investimentos para infraestrutura em sistemas de irrigação, de apoio à assistência técnica e à comercialização dos produtos, que as levam, portanto, a produzir com maiores possibilidades e vantagens econômicas. Em contraste, outras sub-regiões do semiárido, não aquinhoadas com os investimentos adequados às suas particularidades e nem tecnologia apropriada, em sua maioria são exploradas com culturas de sequeiro de baixo rendimento, menor potencial de excedentes de produção

e, por conseguinte, menores possibilidades de geração de renda.

Nessa região, o Incra patrocinou, sob a pressão da mobilização dos movimentos sociais e sua tática de ocupações de terras improdutivas, um conjunto de ações, a partir da obtenção de terras por meio do instrumento da desapropriação para fins de reforma agrária sobre áreas em desacordo com a legislação agrária, a criação, implantação e desenvolvimento de um número nada desprezível de assentamentos e outras atividades de apoio infraestruturais e creditícias a essas unidades produtivas (ver tabela 02, a seguir).

Estado	Nº Assentamentos	Área (ha)	Nº famílias efetivamente assentadas
Alagoas	230	111.709,1893	12.817
Bahia	230	910.136,6351	21.651
Ceará	230	1.993.403,1615	45.542
Paraíba	230	266.750,4981	22.973
Pernambuco	230	184.554,1781	14.405
Piauí	230	1.381.296,7742	31.142
R. G, do Norte	230	528.837,1894	20.206
Sergipe	230	192.352,5166	10.179
Total	1.840	5.569.040,1423	178.915

Tabela 02: Demonstrativo de assentamentos no Nordeste

Fonte: Sistema SIPRA/SDM/INCRA – Relatório: Rel_0227-Data: 29/04/2014

O que de pronto se pode aduzir no período recortado, levando em conta os dados e informações documentais coletadas e informações de campo, é que, no geral, os assentamentos implantados foram resultados de intervenções contingenciais e dispersas realizadas por aquele Órgão Federal e que representaram não mais do que o alívio momentâneo de pressões políticas e de tensões sociais localizadas.

O quadro natural das áreas ali destinadas aos assentamentos mostra-se condicionado a vários fatores intrínsecos à região que afetam o seu desenvolvimento, como: a qualidade físico-química dos solos; a disponibilidade de recursos hídricos; a frequência das chuvas; e, o relevo. No conjunto dessas áreas reformadas há grandes diferenciações nos indicadores correspondentes às variáveis relacionadas à: oferta agroecológica; organização espacial e produtiva; graus de organização social e política; infraestrutura disponível; perfil produtivo; e, a qualidade de vida da população assentada.

A viabilização dos projetos de assentamentos nessas condições edafoclimáticas, está estritamente condicionada a uma melhor organização espacial e produtiva das terras nos assentamentos, tendo como alternativas formas coletivas ou mistas de uso, com plantios irrigados coletivos, pastagens e rebanhos coletivos, culturas de sequeiro individual, e ainda a instalação e utilização de pequenas agroindústrias de forma cooperada. Diferentemente da fragmentação das áreas em 'lotes', que em

muitos casos favorece a diferenciação interna nos assentamentos, e num nível mais extremo a reconcentração fundiária no seu interior. Esse aspecto é determinante na adoção de sistemas de atividades agropecuárias diretamente adaptadas a esse espaço agroambiental, como também ao bioma caatinga, onde se encontra uma parte significativa de assentamentos rurais.

A localização dos projetos de assentamentos é outro fator que se deve ressaltar haja vista que a implantação dessas unidades se dá em áreas com aptidão climática muito restrita, inferiores à média nacional e com severas carências infraestruturais (estradas, eletrificação, obras hídricas, etc.).

Do ponto de vista ambiental, a pesquisa desenvolvida por Sparovek (2003) identificou, que no Nordeste foi encontrada a pior situação em termos de áreas preservadas e com a cobertura natural, com uma representação de apenas 28% nos assentamentos. Ficou igualmente constatada a falta de abrangência das ações de recuperação da cobertura florestal naquelas unidades.

As observações realizadas a posteriori, igualmente mostram que as expectativas previstas no II PNRA (BRASIL, 2003), que dizia respeito à recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos não se concretizaram. A anunciada “garantia” de assistência técnica e extensão rural, de capacitação, de crédito e de políticas de comercialização para “todas as famílias assentadas”, combinadas com um conjunto de condições objetivas e necessárias (operacionais, orçamentário-financeira, e de qualificação institucional), não foram efetivadas. Essas “garantias” se esvaíram na pouca atenção que o Governo Federal deu na continuidade do processo redistributivo de terras, na realização de mais assentamentos rurais e, por consequência, na implantação de novas ‘áreas reformadas’ no agro brasileiro.

No âmbito da gestão da política de assentamentos ficou destacada a ocorrência de entraves e condicionamentos políticos e gerenciais que interferiram decisivamente na sua performance. A racionalidade burocrática na gestão dessa política pública estivera em todo o período entre a execução do I PNRA e o II PNRA, presa a padrões político-ideológicos de cada poder político constituído, que, por sua natureza e formação interpartidária feita de acordos e alianças, são manifestamente incompatíveis com a mudança do *status quo* e, nesse caso específico, com os compromissos pela realização da reforma agrária, ou mesmo no limite, da política de assentamentos rurais.

Portanto, a ineficácia no desenvolvimento da política de assentamentos rurais provocou, de modo geral, efeitos inibidores para o desenvolvimento sustentado dos projetos de assentamentos rurais e, nesse particular, para aqueles situados na região semiárida, ocasionando demandas contínuas das representações dos assentamentos (associações, cooperativas, sindicatos rurais e movimentos sociais) no tocante à melhoria das condições sócio- organizacionais e econômicas das famílias assentadas.

A única explicação razoável é que, em cotejo com uma situação anterior, uma parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra teve acesso à terra e podem produzir, colher para a sua subsistência e até comercializar, originando uma renda

mínima, como evidenciados nos estudos de Leite *et alli.* (2004). Certamente essas condições são melhores do que o êxodo para as grandes cidades e a marginalização.

Entretanto, asseveram Leite *et alli.*(2004: 258) nessa direção, que essa precariedade no interior dos assentamentos e fora deles, faz com que essas unidades se tornem ponto de partida de demandas, “levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir. A existência do assentamento, também, passa a ser uma referência para as políticas públicas federais, estaduais e até para os municípios que antes consideravam essas unidades de assentamentos como ‘ilhas’ federais”.

Por outro lado, a recorrente formulação e execução de programas de estabilização econômica definidas pelos governos federais que resultara em cortes e, principalmente, taxas nada desprezíveis de contingenciamentos no orçamento, reduziu, ano a ano, a participação dos programas finalísticos da reforma agrária. Esses ‘ajustes fiscais’ imprimiram uma desaceleração nas ações de obtenção de terras e de apoio aos assentamentos, e comprometeram, principalmente, as atividades estruturantes e, afinal, a capacitação gerencial dos assentados.

A falta de coordenação e articulação institucional, como um dos condicionamentos evidenciados, ensejou uma baixa capacidade de mobilização e de exploração de recursos alternativos para dar conta das múltiplas necessidades que as comunidades assentadas valorizam (produção agroecológica, insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, assistência técnica, capacitação, agroindustrialização, armazenamento, comercialização e mercado, serviços sociais, etc.).

Os efeitos e as causas assim conjeturados levaram ao baixo impacto dos programas/ações/atividades previstas na política de assentamentos desenvolvida pelo Governo Federal para a região semiárida, que tinham finalidades de integração social, política e econômica das comunidades rurais objeto da citada política pública. Isso também reforça ‘teses’ de setores avessos à reforma agrária, de que essa política redistributiva está desfocada do sentido econômico e produtivo, é cara, ineficiente e ineficaz e com um custo insustentável.

4 | APRECIÇÕES SOBRE A DIMENSÃO QUALITATIVA DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO.

Os indicadores de resultados até então utilizados pelos governos para a avaliação da política em menção (número de projetos de assentamentos criados, número de famílias assentadas, quantitativo de hectares incorporado, volume de recursos financeiros executado e outros), fazem parte de uma abordagem simplificada e pouco abrangente das ações de reforma agrária. Ela se restringe à intervenção fundiária realizada pelo Incra no País e, em especial no semiárido, meramente a dados

quantitativos. A identificação e o processamento para a resolução dos problemas afetos ao ‘desenvolvimento agrário’ naquele tipo climático e no bioma caatinga, não foram suficientemente e adequadamente enfrentados.

Cotejando os resultados iniciais, a evolução do programa de governo ano a ano para o semiárido (número de famílias acampadas *versus* número de hectares desapropriados *versus* projetos criados *versus* famílias efetivamente assentadas *versus* créditos de instalação concedidos), o indicador de eficácia intermediária - índices que o compõem com suas variações (a qualidade de vida, a geração de renda, organização social, preservação ambiental e inserção do assentamento no contexto regional) - concebido por Sparovek (2003), mostrou um grau insatisfatório.

As evidências também marcantes foram: (1) a falta de resposta imediata ao problema fundiário detectado com a grande demanda de trabalhadores(as) sem-terra identificada nas ocupações de terras; (2) o baixo atendimento das necessidades de infraestrutura (construção de açudes, poços artesianos, cisternas, barragens subterrâneas, energia elétrica, estradas internas e habitações); (3) a inoportunidade na liberação de créditos, desconectados das características e necessidades do semiárido e sem a necessária vinculação entre os créditos de fomento e habitação.

O descuido relacionado à questão ambiental foi crucial para a formação de um passivo enorme a ser irremediavelmente recuperado, o que requererá no futuro a formulação de um programa específico e a intensificação de um conjunto de ações mitigadoras do problema, particularmente em relação ao processo de desertificação que avança no bioma caatinga.

Não houve na realidade uma política de face agrária diferenciada em favor dos assentamentos no semiárido, com estratégia de enfrentamento de suas condições adversas de geomorfologia e deficiência de água; uma política pública orientada para a consolidação dos assentamentos rurais e a emancipação das famílias assentadas, por intermédio dos mecanismos de extração das potencialidades daquele tipo climático.

As concepções e os procedimentos técnicos e normativos decorrentes do processo de desenvolvimento dos assentamentos obedeceram sempre ao caráter universalizado para todas as regiões do País. Essas orientações “de cima” não conferiram a devida atenção às necessárias e importantes adequações às especificidades regionais, e nem levaram em conta a necessidade de criação de espaços de concertação e decisão compartilhada com os agentes e atores sociais locais.

A profilaxia da redução dos gastos públicos, determinada pelo modelo econômico ortodoxo dominante e o estrangulamento da capacidade do Incra determinaram, e ainda determinam, a falta da efetividade da política na região semiárida, com a conseqüente baixa sustentabilidade social econômica dos assentamentos traduzida, principalmente, pelo nível da renda mensal bruta com pouca representatividade e com diferencial expressivo em relação ao salário mínimo da época.

Talvez o mais impactante nas condições dos assentamentos no semiárido seja a garantia de uma política de redução de risco, por meio da recuperação do seguro

agropecuário – o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). O seguro reduz as consequências econômicas de eventuais problemas provocados pela chuva, pragas etc. (BUAINAIN, 1997). Entende-se, assim, que é necessário ampliar essa linha de intervenção para reduzir o risco e não compensar parcialmente eventuais consequências negativas dos fatores materiais aleatórios.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assume-se neste trabalho que à política de reforma agrária deve ser conferida alta prioridade pelo Estado. É indispensável e inquestionável a garantia de direitos equânimes às terras produtivas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, ou com pouca terra. Além de distribuição própria desse meio de reprodução econômica e social, faz-se necessária a promoção das condições de produção e garantia do acesso à tecnologia, financiamento, redes de distribuição, mecanismos de preservação do meio ambiente, capacitação e formação, e, do provimento de infraestrutura social em educação, saúde e lazer.

Por outro lado, compete à União realizar a reforma agrária utilizando como o verdadeiro mecanismo de combate ao latifúndio o instrumento da desapropriação por interesse social, reduzindo substancialmente os mecanismos de compra de terra, de qualquer espécie, que só premia o detentor da grande propriedade ociosa. O papel do Estado nesse sentido é fundamental, articulando e implementando as políticas públicas, e arbitrando os conflitos.

Faz-se indispensável a alocação de recursos orçamentário-financeiros segundo um planejamento estratégico e um plano bem elaborado e de forma participativa; um plano que associe sustentabilidade às atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, com possibilidade não apenas de manter, mas até de incrementar a fertilidade do solo, preservando os recursos materiais, conservando o patrimônio cultural e dinamizando a vida social das localidades rurais.

Para a formulação de políticas agrária e agrícola que estimulem o desenvolvimento rural e a construção participativa de projetos de assentamentos rurais no semiárido é fundamental considerar o conjunto de forças sociais interessadas na valorização dos atributos regionais e locais e de suas diversidades e adversidades. Este último aspecto impõe a busca por formas variadas de intervenção e apoio no sentido de que sejam respeitadas as características locais. Não há como impor naquele tipo climático e, em especial, no bioma caatinga, a universalização de normas para orientarem as ações de desenvolvimento dos assentamentos nessa região.

Assim, no caso particular da política de reforma agrária, é essencial levar em conta uma perspectiva ampla, um ambiente de condições político-institucionais e orçamentárias compatíveis com a complexidade de sua operação. Para tanto, faz-se necessário ter uma percepção clara dos requerimentos para a sua implementação,

formulação de agenda e elaboração de programas estratégicos que considerem as especificidades regionais, experiências econômicas locais e a avaliação participativa de suas condições de aplicabilidade no local para onde essa política pública é orientada.

Os assentamentos rurais dela resultantes, nessa e em outras regiões, somente se sustentarão econômica, política e socialmente, num contexto de políticas focadas na abordagem sistêmica dos aglomerados produtivos localizados em um determinado território, via a integração de políticas públicas, com forte direcionamento para a economia solidária como alternativa contra-hegemônica à economia globalizada.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos anos 90**. Revista do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, nov./dez., n. 166, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, Set./Dez., 1997.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa., NORDER, Luis Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa., NORDER, Luiz Antônio. OLIVEIRA, Rosangela A. Pereira de. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvo de., LEITE, Sérgio Pereira (orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa., NORDER, Luiz Antônio. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. CARTER, M. (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa., FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena. In: FRANÇA, Caio Galvão de., SPAROVECK, Gerd. (Coord.) **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD/MDA, 2005.

BITTENCOURT, G. A., CASTILHOS, D. S. B., BIANCHINI, V., SILVA, H. B. C. GUANZIROLI, Carlos. (coord.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA/INCRA, 2003.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra)** – Relatório: Rel_0227 – Data : 29/04/2014. Brasília: SDM/INCRA, acesso em 24/03/2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN/Brasil)**. Brasília, 2004.

BUAINAIN, A. M. **Trajatória recente da política agrícola brasileira**. Campinas: Projeto FAO / 036 / BRA, 1997.

CARTER, Miguel, CARVALHO, Horácio Martins. A luta na terra: Fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a**

reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política agrária no governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, Sergio Pereira (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: MDA/NEAD, 1999.

CEARÁ, Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAE-CE,** Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Diretrizes de Política e Desenvolvimento Sustentável** – Resumo do Relatório final do Projeto UFT/BRA/036. Brasília: FAO/INCRA, 1999.

FERNANDES, Antônio João Castrillon, FERREIRA, Edson de Castro. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. Sérvolo de. LEITE, S. Pereira (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do Governo Federal. In: Leonilde Medeiros *et alii* (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Edunesp, 1994 (p.29/47).

FRANÇA, Caio Galvão de. SPAROVEK Gerd, (Coord.). **Assentamentos em debate.** Brasília: MDA/NEAD, 2005.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1998.

LAMOUNIER, Bolivar. **Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão.** Brasília: IPEA, 1994.

LEITE, Sérgio Pereira. **Questão agrária. Políticas Públicas e Processos Sociais no Brasil.** Observatório da cidadania. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente, In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC.** Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

LEITE, Sérgio Pereira, NOVICK, Vitor. **Reforma do Estado, modernização institucional e questão agrária: observações sobre o processo de descentralização da política de assentamentos rurais.** Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 14, n. 03, p. 473-511, 1997.

LEITE, Sérgio Pereira, MEDEIROS, L. Sérvolo de. Marchas e contra-marchas na política agrária. In: ROCHA, D., Bernardo, M. (orgs.). **A era FHC e o Governo Lula: transição?** Brasília: INESC, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira, HEREDIA, Beatriz, MEDEIROS, L. Sérvolo de ...[*et al.*]. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural Brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o Impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEDEIROS, L. Sérvolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. IBASE set, 1993. 62pp

MEDEIROS, L. Sérvolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MEDEIROS, L. Sérvolo de. LEITE, S. Pereira. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

MEDEIROS, L. Sérvolo de. LEITE, S. Pereira. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: **Os anos de Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Augusto de Andrade. **Critérios de avaliação da qualidade e a consolidação de assentamentos de reforma agrária no Brasil: A experiência do “Programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) de assentamentos resultantes de reforma agrária – PAC”**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: Leonilde Medeiros *et alii* (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Edunesp, 1994 (p.49/65).

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Texto para discussão 30, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SPAROVECK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-130-5

